



Griot: Revista de Filosofia

ISSN: 2178-1036

griotrevista@gmail.com

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Brasil

Montans Braga, Luiz Carlos
A física da liberdade: o fatalismo no sistema da natureza de Holbach
Griot: Revista de Filosofia, vol. 5, núm. 1, 2012, pp. 166-178
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.31977/grirfi.v5i1.512>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576665112012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org


UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

A FÍSICA DA LIBERDADE: O FATALISMO NO SISTEMA DA NATUREZA DE HOLBACH.

Luiz Carlos Montans Braga¹

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)

 <https://orcid.org/0000-0002-6989-1249>

RESUMO:

Trata-se de mostrar as teses e argumentos de Holbach sobre a liberdade, a necessidade, bem como sobre seu "sistema do fatalismo". Objetiva-se sustentar a hipótese de que as teses de Holbach sobre a liberdade, a necessidade e o fatalismo não implicam a aceitação *da imutabilidade* ou *cristalização* do real.

PALAVRAS-CHAVE: Holbach; Liberdade; Necessidade; Fatalismo.

THE PHYSICS OF LIBERTY: THE FATALISM ACCORDING TO THE SYSTEM OF NATURE BY HOLBACH.

ABSTRACT:

This article presents Holbach's thesis about liberty and necessity, and also talks about his fatalism system. The hypothesis is the following: Holbach's thesis about liberty, necessity and fatalism doesn't imply that the reality is immutable.

KEYWORDS: Holbach; Liberty; Necessity; Fatalism.

Introdução: tateando as questões

Trata-se, no artigo, de mostrar as teses e argumentos do Barão de Holbach² sobre a liberdade, a necessidade - ou seja, o necessitarismo (PIVA, 2003, p.130-131)³ existente no interior da natureza -, bem como sobre seu "sistema do fatalismo".

¹ Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo – Brasil. Professor de Filosofia do Direito no curso de Direito da Faculdade INTEGRADO (Campo Mourão – PR).

² Paul-Henri Thiry d'Holbach, doravante Holbach, Barão, ou Barão de Holbach.

³ Para o autor, determinismo ou necessitarismo significam que paixões e desejos independem da vontade do homem, ou seja, não se é livre para querer ou deixar de querer, amar ou odiar. As paixões surgem e findam à revelia das decisões dos homens. A vontade não é livre. As ações estão sempre determinadas por fatores exteriores aos homens, bem como pela psicofisiologia de cada um. A definição está na nota de rodapé de nº 116 do livro citado.

Objetiva-se sustentar a hipótese de que as teses de Holbach sobre a liberdade, a necessidade e o fatalismo não implicam a aceitação da *imutabilidade* ou *cristalização* do real.

Holbach recusa a liberdade como livre-arbítrio, sustenta que a natureza opera segundo regras necessárias, bem como concebe a vontade do homem como sempre e inexoravelmente determinada por causas externas e internas. Em seu sistema só há a natureza, entendida como matéria, operando por estrita necessidade, isto é, por regras imutáveis que a constituem. Isto é, na natureza não há contingência como campo do indeterminado ou do possível. Do mesmo modo, na natureza não há milagre ocasionado por um Deus exterior ao mundo e capaz, por sua vontade, de mudar as regras necessárias do real. Porém, segundo Holbach, este estado de coisas não implica uma *cristalização do real*. Com efeito, o autor aposta na educação, nos exemplos virtuosos dos governantes, na opinião pública, nas boas leis, entre outros fatores, como condições ou causas de aprimoramento do homem e da sociedade. Isto é, tais fatores seriam determinantes para o exercício mais eficaz, por parte do homem, do desejo de perseverar no ser, bem como da busca por ser feliz.

Dado este esboço, a seguinte questão pode ser apresentada: em meio ao campo do necessário, próprio da natureza, dentro do qual estão os homens, não "como um império num império" ⁴, mas com sua vontade determinada pelo regramento causal necessário da natureza, como pensar em mudança possível? Se tudo é necessário, se há um "fatalismo" (HOLBACH, 2008a) ⁵, o que pode mudar, e como?

Para trabalhar as questões acima apontadas, optou-se por acompanhar de perto as teses e os argumentos do autor presentes nos Capítulos 11 e 12 do *Système de la Nature*. É neles que Holbach analisa verticalmente os temas da liberdade, da necessidade e do fatalismo. E é neles que o tema se apresenta de modo mais cristalino. O Capítulo 11 se intitula *Du Système de la liberté de l'homme*. O Capítulo 12 se intitula *Examen de l'opinion qui prétend que le système du fatalisme est dangereux*. No Capítulo 11 Holbach defende, sobretudo, a recusa da liberdade como império da vontade sobre o mundo: recusa o livre-arbítrio, isto é, a tese do homem como "um império num império" (ESPINOSA, 2007, p. 161). Ao mesmo tempo, estabelece o homem como parte da natureza e sujeito às mesmas regras necessárias e imutáveis nela presentes e dela constitutivas. Nesse ponto, também, aproxima-se de Espinosa, que já no século dezessete recusara a transcendência e o livre-arbítrio,

⁴ A expressão "império num império" explicita um campo conceitual que é combatido por Espinosa. Em síntese, o homem, para Espinosa, não possui uma faculdade, a saber, a vontade, que está acima da natureza e opera sobre esta com total poder. Não há livre-arbítrio. Cita-se Espinosa, aqui e em outros momentos do texto, apenas para *apontar* uma das influências modernas do pensamento de Holbach. Sobre a influência de Espinosa no pensamento francês do século dezoito, e no de Holbach em particular, ver: Paul Vernière. **Spinoza et la pensée française avant la Révolution**. Paris: PUF, 1982. Sobre Holbach, p. 630-642. A expressão aparece em: Espinosa. **Ética**. (Ética, Parte III, Prefácio). Tradução de Tomaz Tadeu, edição bilíngue. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 161.

⁵ A edição citada, que será utilizada no decorrer deste trabalho, foi realizada a partir da edição original de 1770. Foi consultada também a edição fac-similar de 1821: Holbach. **Système de la Nature**. Paris: Étienne Ledoux Libraire, 1821 - disponível em <http://books.google.com/>.

entre outros conceitos (ESPINOSA, 2007, p. 31;365;368). Por fim, no Capítulo 12, Holbach estabelece as principais objeções ao sistema do fatalismo e as responde.

Antes de acompanhar o movimento dos textos dos referidos capítulos, um ponto será desenvolvido. Trata-se de salientar as teses de Descartes sobre os conceitos de vontade e liberdade. Holbach apresenta contrapontos a tais teses, e os desenvolve de modo mais detido nos Capítulos 11 e 12 do *Système de la Nature*. As teses de Descartes sobre a liberdade, o entendimento e a vontade foram desenvolvidas em momentos da *Correspondência*, em *As paixões da Alma*, mas sobretudo na quarta parte das *Meditações*. Tais teses e os argumentos que as sustentam poderão dar uma dimensão mais precisa da ruptura representada pelos materialistas em geral, e pelo Barão em particular, no que se refere aos conceitos de liberdade, vontade, alma, necessidade ou necessitarismo e fatalismo.

Vontade e liberdade em Descartes

Nas *Meditações* (*Meditação Quarta - Do verdadeiro e do falso*), diz Descartes sobre a vontade, a liberdade e o entendimento:

E, em seguida, olhando-me de mais perto e considerando quais são meus erros (que apenas testemunham haver imperfeição em mim), descubro que dependem do concurso de duas causas, a saber, do poder de conhecer que existe em mim e do poder de escolher, ou seja, meu livre-arbítrio; isto é, de meu entendimento e conjuntamente de minha vontade. Isto porque, só pelo entendimento, não asseguro nem nego coisa alguma, mas apenas concebo as ideias das coisas que posso assegurar ou negar. (...) Não posso tampouco me lastimar de que Deus não me tenha dado um livre-arbítrio ou uma vontade bastante ampla e perfeita, visto que, com efeito, eu a experimento tão vaga e tão extensa que ela não está encerrada em quaisquer limites. (...)

Pois, por exemplo, se considero a faculdade de conceber que há em mim, acho que ela é de uma extensão muito pequena e grandemente limitada e, ao mesmo tempo, eu me represento a ideia de uma outra faculdade mais ampla e mesmo infinita; (...) Resta tão-somente a vontade, que eu sinto ser em mim tão grande, que não concebo absolutamente a ideia de nenhuma outra mais ampla e mais extensa: de sorte que é principalmente ela que me faz conhecer que eu trago a imagem e a semelhança de Deus. (DESCARTES, 1996, p. 300-302)

O tema da *Meditação Quarta*, como aponta o subtítulo, é a questão do verdadeiro e do falso. Após a dúvida hiperbólica (*Meditação Primeira*), a prova da existência de um eu que pensa enquanto pensa (*Meditação Segunda*), bem como a prova da existência de Deus (*Meditação Terceira*), trata-se de tomar por objeto o verdadeiro e o falso. Por que o sujeito comete erros? O início do excerto mostra que são duas as causas que concorrem para isso. De um lado, o poder de conhecer existente no homem. De outro, o poder de escolher, a saber, o livre-arbítrio, também existente no homem. Ou seja, "de meu entendimento e conjuntamente de minha vontade" (DESCARTES, 1996, p.302). Com efeito, diz Descartes, apenas o

entendimento não afirma ou nega algo. O entendimento concebe as coisas que outra faculdade do sujeito, a saber, a vontade, irá afirmar ou negar. O entendimento, dirá o autor, é limitado. O sujeito tem um poder limitado de conhecer em face do que Deus conhece. Mas quanto à vontade, esta é muito ampla, pois "não está encerrada em quaisquer limites" (DESCARTES, 1996, p.301). É uma faculdade mais ampla, "mesmo infinita" (DESCARTES, 1996, p. 301), que pertence à natureza de Deus.

A vontade é, pois, uma faculdade infinita. O arbítrio é livre no sentido de que pode mais ou menos - a escolher - do que sabe a faculdade do entendimento e independentemente desta faculdade. Isto é, mesmo que o sujeito saiba o certo, pode optar pelo incerto. E mesmo não sabendo o certo, também pode optar por este campo do qual a faculdade do entendimento nada conhece (DESCARTES, 1996, p. 303-305).

Ou seja, há uma distância entre duas faculdades do homem. Uma é limitada, muito limitada. Trata-se do entendimento. Outra tende ao infinito: eis a vontade.

Em uma palavra: para Descartes, a vontade, faculdade humana dada por Deus, à semelhança da vontade de Deus, é infinita e não encontra obstáculos para sua ação, para o seu poder. O homem, assim, para Descartes, é "um império num império" (ESPINOSA, 2007, p. 161).

Natureza, necessidade, vontade: o sistema da liberdade em Holbach

A existência, ou não, de liberdade para o homem, em meio a uma concepção de universo em que há apenas e tão-somente matéria, é um problema a ser enfrentado por Holbach. E se houver liberdade, como se pode conceituá-la? Por outro lado, se não houver, para o homem, liberdade como escolha livre entre possíveis, por meio do uso de uma vontade não determinada, como a seara das ações e o campo da história podem mudar?

Maria das Graças de Souza coloca o problema nos seguintes termos, ao tratar da questão da possibilidade da história nos materialistas franceses:

Se considerarmos que o materialismo se apresenta como uma redução do mundo propriamente humano ao campo da matéria, ou seja, ao campo da determinação natural, como pensar a história, se a entendermos como o domínio próprio da vontade e da ação humana, lugar próprio da indeterminação, da criação, enfim, da liberdade? (SOUZA, 2009, p.283)

Domínio da vontade: e se a *vontade* não for livre, como defende Holbach? E se a *ação humana* for o resultado de uma vontade determinada, seja por causas internas, seja por causas externas aos homens? E se não houver *indeterminação*, mas tudo for necessário, como indica o autor no *Système de la nature*? Em resumo: o que resta da *liberdade*, se resta algo?

Holbach, na tradição da redução do que há - e do "mundo propriamente humano" - à matéria, é um caso exemplar deste ponto referido por Maria das Graças de Souza. As principais obras do Barão, inclusive as que tratam do "mundo propriamente humano", mostram a matéria como palco das ações humanas. Ou

melhor: mostram as ações humanas como parte do movimento do grande todo. O *Système de la Nature* (HOLBACH, 2008a), cuja primeira edição é de 1770, tem como subtítulo *Des Lois du monde physique, et du monde moral*. Nela, o mundo moral está contido no mundo físico. Há uma física da moral. O mesmo ocorre em outros campos próprios da ação, do indeterminado, do contingente - termos esses sem qualquer sentido no sistema holbachiano. Sua política é formulada como *La Politique naturelle* (HOLBACH, 2008c), publicada pela primeira vez em 1773. Sua *Éthocratie* (HOLBACH, 2008b), de 1776, trata do governo fundado na moral, a qual, por sua vez, é fundada na natureza e obedece às leis imutáveis dessa mesma natureza. Sua história da superstição é uma *Histoire Naturelle de la superstition* (HOLBACH, 1768).

Que se verifique, então, no interior mesmo de uma das obras mais representativas do materialismo holbachiano, a saber, o *Système de la Nature* (HOLBACH, 2008a - doravante *Système*), o desdobramento e a sustentação das teses acima apontadas.

No Capítulo 1 do *Système*, o autor define natureza. Após, lança cada homem no interior desse grande todo, como parte constitutiva desta mesma natureza. Diz:

Desse modo, a Natureza, no sentido mais extenso do termo, é o grande todo, que resulta da reunião das diferentes matérias, de suas diferentes combinações e dos diferentes movimentos que vemos no universo. A Natureza, num sentido mais estrito, ou considerada em cada ser, é o todo que resulta da essência, isto é, das propriedades, das combinações, dos movimentos ou modos de agir que o distinguem de outros seres. Assim, pois, o homem é um todo que resulta das combinações de certas matérias dotadas de propriedades particulares, cuja disposição se denomina *organização* e cuja essência é a de sentir, pensar, agir. Em uma palavra: de se mover de uma maneira que o distingue dos outros seres com os quais se compara (HOLBACH, 2008a, p. 14) ⁶.

Na natureza assim definida, e sendo cada homem, no interior desta mesma natureza, uma organização cuja essência é a de sentir, pensar e agir, não há espaço para a contingência. Tudo se dá segundo o regramento necessário da natureza. E esta natureza está sempre em movimento (HOLBACH, 2008a, p. 18).

Sobre a necessidade dos movimentos da natureza, diz Holbach no Capítulo 4 do *Système*:

É preciso, pois, concluir que todos os movimentos ou todos os modos de agir dos seres - posto que se devem a algumas causas e que estas causas podem agir e se mover apenas de acordo com seu modo de ser ou suas propriedades essenciais - , é preciso concluir, eu disse, que todos os fenômenos são *necessários* e que cada ser da Natureza, em circunstâncias determinadas e de acordo com as propriedades dadas não pode atuar de modo diferente do que atua. A necessidade é a ligação infalível e constante das causas com seus efeitos (HOLBACH, 2008a, p. 38).

⁶ Tradução nossa, como as demais.

Necessidade absoluta no movimento de cada parte, de cada ser no interior do grande todo. Não há lugar para o acaso. Este é o efeito da ignorância dos homens quanto às causas necessárias dos eventos da matéria eterna (HOLBACH, 2008a, p. 50). E nos seres da espécie humana, assim como nos demais seres, há dois tipos de movimento. Uns são movimentos de massa, em que um corpo ou parte dele vai de um lugar ao outro no espaço. Outros são movimentos internos e ocultos. Destes, uns são perceptíveis pelos homens, ao passo que outros apenas se deixam verificar pelo efeito que produzem fora dos homens (HOLBACH, 2008a, p. 54).

No Capítulo 7 do *Système*, Holbach chama a atenção para um dado curioso: alguns modernos (um dos alvos é Descartes) têm uma concepção de alma ou espírito muito curiosa. A alma seria o dado metafísico responsável pelo movimento do homem a partir de seu interior (isto é, do interior do homem). O que faz o homem agir, dizem tais autores, é uma substância de uma natureza desconhecida, simples, indivisível, sem extensão, invisível e impossível de ser captada pelos sentidos. Mas, pergunta o autor, como conceber semelhante substância, visto que se trata da negação de tudo que se conhece (HOLBACH, 2008a, p. 63)?

O seu materialismo apenas poderia admitir uma alma material. Por isso, ao examinar a alma ou o móbil existente no corpo do homem, conclui que a alma não se distingue do corpo a não ser por abstração. Não é mais que o próprio corpo considerado em relação a algumas de suas funções ou faculdades cuja natureza e organização é capaz de efetuar (HOLBACH, 2008a, p. 65). A alma é o nome do corpo que atua no próprio corpo.

A vontade, nesse sistema, não é um ente imaterial, com poderes parecidos com aqueles presentes na vontade de Deus, como propõe Descartes na *Meditação Quarta* (DESCARTES, 1996, p.300-302).

Diz Holbach que a vontade "é uma modificação do nosso cérebro pela qual ele é disposto à ação, isto é, a mover os órgãos do corpo de modo que este procure o que o modifique (o corpo) de maneira adequada ao seu ser, ou evite o que o prejudique" (HOLBACH, 2008a, p. 78). Querer é estar disposto à ação. Assim, "as ações voluntárias são as modificações do corpo determinadas pelas modificações do cérebro" (HOLBACH, 2008a, p. 78).

Ou seja, há uma física da natureza, advinda da metafísica materialista. Materialismo metafísico visto que a proposta é a de uma explicação do real, do que há, pela hipótese de "um grande todo", eterno e em movimento. O homem, ou cada homem, é parte e toma parte deste grande todo ou da natureza. Os movimentos que cada homem faz neste "palco natural" não são o resultado deliberado de uma vontade livre, que escolhe entre possíveis.

A vontade está no campo do regramento necessário da natureza na medida em que é natureza ela mesma. Nada de liberdade como capacidade de escolher em desacordo com o entendimento, ou de acordo com o entendimento, ou, ainda, independentemente do entendimento (Descartes). Também não há, no sistema holbachiano, uma vontade como ente *diverso* da natureza. Uma consequência dessas

teses é a existência de uma moral cujo fundamento é a natureza. Há uma física da moral, ou seja, a moral só pode ser física.

É com esta predominância da física que Holbach abre o Capítulo 11 do *Système*. E o faz para criticar aqueles que entendem que o homem possui uma alma imaterial, diversa do corpo, não submetida às leis físicas. Tal alma "seria mestra ou dona de seu destino, poderia regular suas próprias operações, determinar suas vontades por sua própria energia; em uma palavra, pretendiam que o homem fosse livre." E arremata, à revelia desta tradição, "que esta alma é apenas o corpo considerado relativamente a algumas de suas funções mais ocultas que outras" (HOLBACH, 2008a, p. 121).

É curioso, diz Holbach, que não obstante o que diz a experiência sobre a necessidade das leis da natureza que determinam cada uma das ações do homem, ainda assim este se defina como livre. Ou, em outras palavras: o homem crê em uma vontade livre de determinações, capaz de traçar, independentemente de causas internas e externas, um caminho próprio.

Ainda que infundada, a opinião de que a vontade livre no homem o faz um ser livre foi tomada como evidente por espíritos muito esclarecidos (HOLBACH, 2008a, p. 122). Para que isto ocorresse, isto é, para que o homem pudesse ser livre, diz Holbach, o homem (e sua vontade) não deveria receber nenhuma influência da natureza. Mas como isto seria possível, visto que o homem é "parte subordinada de um grande todo" (HOLBACH, 2008a, p. 122)? O homem deveria estar fora desse grande todo para ser livre. E é o que propõem as religiões, diz o Barão.

O lugar da punição no materialismo holbachiano

Mas uma objeção forte advém do necessitarismo no qual o homem está enredado. E Holbach tem que dar conta desta objeção, cuja fonte é a da tradição da livre vontade e da responsabilização do sujeito, exclusivamente, pelos atos que pratica. Ora, dizem os objetores, se tudo é necessário, com que *fundamento* punir aquele que pratica uma ação inadequada, imoral, ilegal? Se cada movimento do corpo que levou à ação foi necessário, se a vontade que levou ao ato foi determinada, com que motivo se poderá punir o transgressor?

A resposta do autor demanda que sejam apresentados dois conceitos fundamentais. Primeiro: é da essência atual (sem abstrações) de cada homem querer se conservar. Segundo: o homem tende ao bem estar, busca ser feliz. Todos os movimentos da máquina humana são consequências necessárias desse impulso primitivo. Aqui se vê, como indicou Paul Vernière (VERNIÈRE, 1982, p. 639), o eco materialista das teses espinosanas⁷. É da essência de cada homem amar o que o faz se conservar e odiar o que prejudica a sua conservação. "É preciso", diz o Barão,

⁷ Tais teses aparecem, por exemplo, em: Espinosa. **Ética**. (Ética, Parte III, Proposições 6 e 7). Tradução de Tomaz Tadeu, edição bilíngue. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 173-175. A seguir, as proposições: "Proposição 6. Cada coisa esforça-se, tanto quanto está em si, por perseverar em seu ser"; "Proposição 7. O esforço pelo qual cada coisa se esforça por perseverar em seu ser nada mais é do que a sua essência atual".

"necessariamente que ele seja atraído, ou que sua vontade seja determinada pelos objetos que ele julgue úteis e que ele seja rechaçado por aqueles que julgue prejudiciais ao seu modo permanente ou passageiro de existir" (HOLBACH, 2008a, p. 122-123). Assim, a dor anuncia ao homem o que ele deve evitar. O prazer, por seu turno, anuncia ao homem o que ele deve buscar. O homem ama o que traz a ele sensações agradáveis e odeia o que traz impressões e sensações contrárias. É a experiência o guia do homem nesta empreitada. Ela o ensina o que odiar e o que gostar de acordo com o impulso primitivo da conservação do ser (HOLBACH, 2008a, p. 123).

Portanto, a vontade está, sempre, determinada. Pelo quê? Ora por um objeto ou motivo que causa a ação do cérebro no corpo no sentido do objeto ou motivo, ora por um objeto ou motivo que causa a ação contrária. Por outra: é sempre um objeto ou motivo a causa do movimento do cérebro que, por sua vez, causa o movimento do corpo. Eis a razão pela qual, diz Holbach, (...) "agimos necessariamente: nossa ação é uma consequência da impulsão que recebemos desse motivo, desse objeto ou dessa ideia que modificou nosso cérebro ou dispôs nossa vontade" (HOLBACH, 2008a, p. 123).

Novamente: se todas as ações são necessárias, com que direito punir o homem que age ilicitamente? O fundamento da punição, mesmo não havendo liberdade como império da vontade sobre a natureza, é a conservação de cada homem e de todos os homens, isto é, da sociedade. Quanto mais existirem ações favoráveis à conservação dos homens em sociedade, tanto melhor para cada homem. Daí que a punição seja importante. Ela pode ser uma das causas - juntamente com a educação, a opinião pública, etc. - para a melhor conservação da sociedade como um todo. O fundamento da punição não é colocado no sujeito como ente responsável por suas próprias ações. Isto, na medida em que teria uma vontade livre, o que o tornaria responsável por suas escolhas. Como disse o autor, para tal ficção ter sentido, seria preciso que cada homem estivesse fora da natureza, o que seria absurdo.

Sendo o impulso fundante dos indivíduos o perseverar no ser, e sendo a sociedade o local mesmo em que os seres se preservam, a preservação da sociedade é o fundamento da punição ao ato contrário à sociedade. Tal punição será, juntamente com outras redes causais, novo fator determinante de vontades individuais futuras. Mas daí, se a punição for justa, isto é, se colaborar para a preservação da sociedade, tais vontades serão determinadas por motivos socialmente bons. Socialmente bons, leia-se: mais adequados à conservação da sociedade como um todo e dos indivíduos como partes desta sociedade.

É importante lembrar, também, outra consequência fundamental do sistema do fatalismo holbachiano. Reitera o autor que "as ações dos homens não são jamais livres" (HOLBACH, 2008a, p. 130). Isto não significa, porém, uma *cristalização*, desde o início, dos eventos do real, inclusive das ações dos homens. Não há em Holbach um plano exterior ao universo que determinou tudo o que ocorreria desde o início até o fim deste mesmo universo. Dizer que o homem não é livre não é dizer que seus atos estavam previstos *em* ou *por* alguma entidade (Deus, por exemplo). É dizer que o temperamento, as ideias recebidas, as noções *verdadeiras ou falsas*, a

educação, a experiência diária, entre outras causas, são os fatores determinantes da vontade de cada homem (HOLBACH, 2008a, p. 130).

Quanto às noções *verdadeiras ou falsas* como causas desta ou daquela ação, pode-se dizer que têm consequências significativas no sistema holbachiano. Com efeito, a crítica às religiões e à teologia como o local do falso, do erro, sobretudo em *Histoire naturelle de la superstition* (HOLBACH, 1768), mas também na segunda parte do *Système*, atestam dois pontos importantes da filosofia materialista do autor. Por um lado, mostram que a ignorância da causalidade da natureza leva a imaginação dos homens a criar regras não verdadeiras sobre os eventos naturais e suas causas. A superstição, que engendra as religiões, é o resultado da imaginação de alguns e da ingenuidade de muitos, que acreditam nestes poucos e obedecem cegamente a seus mandamentos. Sem entrar diretamente nas consequências políticas da questão, para este artigo importa salientar que as noções falsas (como as religiões) causam, necessariamente, influências nas vontades, as quais causam, como visto, ações. Para Holbach, estas são ações nocivas à preservação de si e à preservação da sociedade. Veja-se que uma noção falsa da natureza, advinda da superstição, não implica colocar em xeque o sistema do "fatalismo". Apenas indica que noções falsas fazem que cada homem busque o errado, quanto à sua conservação e da sociedade, em vez de buscar o mais adequado. Mas a *ação*, neste caso, advinda de uma ou mais influências sobre a *vontade*, pode ser o resultado mesmo de influências ficticiamente boas para os impulsos básicos de cada ser humano. Ou seja, ações advindas de noções falsas, como aquelas resultantes das influências das religiões, somente causam uma noção falsa do exercício adequado do impulso básico de conservação de si. Necessitarismo, fatalismo, ou regramento necessário do real não implicam que a sociedade será sempre uma e a mesma de acordo com um modelo estabelecido previamente. Isto seria negar o materialismo holbachiano e seus pressupostos. O necessitarismo holbachiano - seu fatalismo - permite e exige a mudança, mas não implica a entrada em cena do conceito de contingência.

Liberdade, moral, superstição, fatalismo

Quando se diz que o homem se move por si mesmo, se determina sem causa, o que ocorre é uma ignorância dos motivos verdadeiros da ação: "É por não remontar às causas que nos afetam, é por não poder analisar e decompor os complexos movimentos que sucedem em nós que nos cremos livres" (HOLBACH, 2008a, p. 133). Assim, pode-se dizer que a física da moral é muito mais complexa e difícil que a física dos movimentos mais simples da natureza. Daí a ignorância das causas gerar a superstição e todos os fundamentos não naturais e equívocos sobre a liberdade do homem e sobre a moral. Diz o autor que a maior parte dos moralistas - e também dos políticos e dos legisladores, muita vez impostores - fizeram antes romances que história do coração humano. Ou seja, ao atribuir os motivos das ações dos homens a causas não verdadeiras, isto é, fictícias, ignoraram os motivos verdadeiros e necessários das condutas dos homens. E assim teriam perpetuado o erro, que não é útil ao gênero humano (HOLBACH, 2008a, 134). Para uma moral não ilusória, as

causas das ações devem ser buscadas na física. Os meios que os homens usam para exercer os princípios fundantes de sua natureza - conservar-se e procurar situações de felicidade - são equívocos se fundados na ignorância.

Portanto, a noção de alma empregada pelas religiões - imaterial, independente do corpo, capaz de mover o homem para onde queira, não determinada - apenas traz como consequência a busca da conservação por caminhos equívocos.

A inexistência de liberdade para o homem não impede a constituição de uma moral. Ao invés, apenas a constatação do campo determinado em que está a vontade pode fundar uma moral na física, na natureza. A existência de um mal original, de um Deus criador e punidor, o bem como graça, a necessidade de um Deus para a correção do homem: este campo de conceitos, para Holbach, apenas mostra os meios mais inadequados - das religiões e dos teólogos - para entender a questão da liberdade e para fundar a moral (HOLBACH, 2008a, p. 135).

A ação sempre é o resultado das pressões sobre a vontade, mesmo que os homens entendam, por ignorarem a determinação do todo, que são donos absolutos de sua vontade. Nesse sentido, uma série de fatores ou causas influencia a vontade. A educação, a palavra, a legislação, a moral, a religião (HOLBACH, 2008a, p. 136). Uma palavra dita em uma certa ocasião pode mudar os rumos da vontade de um homem. A educação, se ensina a verdade, pode contribuir para um homem se conservar melhor, assim como pode contribuir para a mais adequada conservação da sociedade. A lei motiva a vontade do homem para algo desejável e a se abster da ação contrária. A verdadeira moral, isto é, derivada do conhecimento de como opera a natureza, inclina a vontade a abrir mão do impulso mais imediato em virtude de um bem-estar mais durável e mais verdadeiro que o dos desejos imediatos. A religião, por sua vez, é posta no campo da ignorância e do fanatismo. O teólogo - representante da religião - e o tirano - representante da má política - perseguem a razão porque a veem como nefasta aos seus interesses (HOLBACH, 2008a, p. 136-137).

Portanto, a vontade não é, em absoluto, livre. Ela está sempre determinada por uma rede causal. Em geral, este conjunto de causas, por ser complexo e se apresentar à alma (ao cérebro) simultaneamente, é de difícil apreensão. Daí, muitas vezes, permanecer oculta.

Deve-se ir aos motivos que influenciam as vontades de cada homem, tanto quanto possível pelo conhecimento disponível, para verificar o porquê de uma dada sociedade ser viciosa ou virtuosa. A ignorância leva à superstição. E esta é entendida como confecção fictícia de causas para o homem e para o mundo. A religião é uma das manifestações nefastas da superstição. Quanto mais as ações humanas são determinadas por causas fictícias, imaginárias, forjadas por impostores - falsos moralistas, clérigos, teólogos, tiranos -, tanto mais a sociedade se distancia da virtude, isto é, da natureza mesma. Com efeito, estas causas forjadas apenas distanciam cada homem da preservação de si e da busca por ser feliz (HOLBACH, 2008a, p. 138).

Se tudo é necessário, diz o Barão, e se o homem não é livre em nenhum instante de sua duração, sua vida é uma sequência de instantes necessários. Do

mesmo modo, cada conduta do homem, seja boa ou má, virtuosa ou viciosa, útil ou prejudicial a si mesmo e aos demais, é um encadeamento tão necessário quanto o de cada instante da duração de cada homem (HOLBACH, 2008a, p. 138-139).

O que é, então, *querer* e *ser livre*? "*Querer* é aquiescer ou não aquiescer em *seguir sendo* [demeurer] o que somos" (grifou-se expressão *seguir sendo*). "*Ser livre* é ceder aos motivos necessários inerentes a nós" (HOLBACH, 2008a, p. 138).

Fatalidade ou *fatalismo*: eis os nomes que Holbach dá a este estado de coisas. Mas não se pode atribuir a este conceito o peso e os sentidos que as religiões e os sistemas teológicos a ele dão. Pois fatalismo em Holbach é apenas a constatação de regras necessárias e imutáveis operando num universo eterno e material. Não se pode atribuir ao conceito a ideia de um Deus que criou o mundo e concebeu cada ato que no mundo ocorre. Isto seria solapar os fundamentos mesmos do materialismo holbachiano. Para o autor, "*a fatalidade* é a ordem eterna, imutável, necessária, estabelecida na natureza, ou a ligação indispensável das causas que atuam com os efeitos que produzem" (HOLBACH, 2008a, p. 140).

Não há liberdade, portanto, no sentido de certa tradição, como a representada por Descartes. Mas Holbach possibilita o uso do termo desde que, tal qual Espinosa fez com os conceitos com os quais trabalhou, se lhe dê uma roupagem e um conteúdo totalmente novos. Nesse sentido, "no homem, a liberdade é a necessidade contida no interior [au dedans] dele mesmo" (HOLBACH, 2008a, p. 140).

Conclusão

No campo conceitual de linhagem cartesiana - uma das expressões da filosofia do livre-arbítrio -, de grande influência na modernidade e no mundo contemporâneo⁸, a vontade dos homens se apresenta com o poder de agir sem obstáculos. De modo semelhante à vontade de Deus, a dos homens teria um poder quase infinito. É o que diz Descartes nas *Meditações*: "não posso tampouco me lastimar de que Deus não me tenha dado um livre-arbítrio ou uma vontade bastante ampla e perfeita, visto que, com efeito, eu a experimento tão vaga e tão extensa que ela não está encerrada em quaisquer limites" (DESCARTES, 1996, p. 301).

Em Holbach, por outro lado, a vontade, como decorrência de sua existência no interior mesmo do "grande todo" (HOLBACH, 2008a, p.14), o qual opera segundo a mais estrita necessidade, só poderia se apresentar como determinada. Tal determinação pode ser entendida como uma palavra, um gesto, bem como algo mais amplo: a opinião pública, o regramento moral e legal, a educação.

Decorrem de sua metafísica uma física da vontade, assim como uma física do homem, uma física da sociedade, uma física da moral e uma física da política. E é a hipótese da matéria eterna e em movimento - sua metafísica materialista - que

⁸ Sobre a influência da tese do livre-arbítrio no mundo contemporâneo, basta apontar que dificilmente se encontra, hoje, teoria jurídica que trate das relações contratuais que não a tome como evidente. As referências para tal afirmação são os doutrinadores brasileiros que tratam do tema em seus cursos de direito civil. Por exemplo, Fábio Ulhoa Coelho, Silvio Rodrigues e Caio Mário da Silva Pereira, entre muitos outros.

sustenta as explicações materiais ou físicas de cada instância do real. O "sistema do fatalismo", ao qual se refere como ponto de chegada decorrente da análise do "sistema da liberdade"⁹, é o nome do campo da liberdade. Mas liberdade aqui é, aos olhos de uma tradição de estirpe cartesiana, falta de liberdade, pois tudo é necessário. Holbach propõe um outro conceito com o mesmo nome. Diz que "no homem, a liberdade é a necessidade contida no interior [au dedans] dele mesmo" (HOLBACH, 2008a, p. 140).

O fatalismo, assim, parece apontar, como se disse no início deste artigo, não para a *imutabilidade* ou *cristalização* do real. Uma natureza que é puro movimento (HOLBACH, 2008a, p. 18) não cabe num fatalismo assim conceituado. Os homens fazem parte desse grande movimento. *Fazem* parte, ou seja, *agem*. Mas, à revelia da tradição de corte cartesiano, a vontade, que move os órgãos, e é definida como uma movimentação do cérebro (HOLBACH, 2008a, p. 78), não age fora da natureza. Não tem poder infinito, constituição diversa da matéria, atuação independente. Sua ação é determinada.

O que há em Holbach, em síntese, é natureza de ponta a ponta. Sendo a liberdade do homem o exercício da necessidade da natureza (sendo o homem parte *da* e *na* natureza), apenas o conhecimento da física do movimento do cérebro, de suas causas materiais, possibilita o conhecimento da ação. Esta física da vontade, analisada no decorrer do artigo, talvez se possa dizer agora com maior segurança, é uma física da liberdade.

Referências Bibliográficas:

- BATISTA, Geisa Mara; CARRARA, Daniel. *A carta a Mesland de 9 de fevereiro de 1645*: tradução e comentários. KRITERION, Belo Horizonte, n. 117, p. 235-242, jun. 2008.
- DESCARTES. *Correspondance*: julho de 1643 - abril de 1647. Ed. Adam et Tannery. Paris: J.Vrin, vol. IV, 1989.
- _____. *Correspondance*: janeiro de 1640 - junho de 1643. Ed. Adam et Tannery. Paris: J.Vrin, Vol. III, 1996.
- _____. *Les Passions de l'Ame*. Ed. Adam et Tannery. Paris: J.Vrin, Vol. XI, 1986.
- _____. *Meditações*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- DIDEROT & D'ALEMBERT. *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, ed. Denis Diderot and Jean le Rond D'Alembert. University of Chicago: ARTFL *Encyclopédie* Projet (Spring 2010 Edition), Robert Morrissey (ed). Disponível em <http://encyclopedia.uchicago.edu/>. Acesso em 09 de setembro de 2010.
- EPICURO. *Lettre à Hérodote*. In.: *Lettres et maximes*. Traduites du grec par Octave Hamelin et Jean Salem. Paris: ed. Libro/Flammarion/Éditions Nathan, 2006.

⁹ Holbach usa estes termos e os analisa sobretudo nos capítulos 11 e 12 do *Système*.

- ESPINOSA. *Ética*. Tradução de Tomaz Tadeu, edição bilíngue. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- HOLBACH. *Système de la Nature*. Paris: Coda & Jean Pierre Jackson/PUF, 2008a.
- _____. *Système de la Nature*. Paris: Étienne Ledoux Libraire, 1821. Disponível em <http://books.google.com/>. Acesso em 08/09/2010.
- _____. *Éthocratie*. Paris: Coda & Jean Pierre Jackson/PUF, 2008b.
- _____. *Histoire naturelle de la superstition*. Londres: 1768. Edição fac-similar (02 Tomos em 1 volume) disponível em <http://gallica.bnf.fr/classique/>. Acesso em 09 de setembro 2010.
- _____. *La Politique naturelle*. Paris: Coda & Jean Pierre Jackson/PUF, 2008c.
- _____. *La Politique Naturelle*. Tome 1 et Tome 2. Londres: 1773, disponível em <http://gallica.bnf.fr/classique/>. Acesso em 09 de setembro de 2010.
- PIVA, Paulo Jonas de Lima. *O ateu virtuoso: materialismo e moral em Diderot*. São Paulo: Discurso/Fapesp, 2003.
- SOUZA, Maria das Graças de. *Matéria e história nas luzes francesas*. In.: OLIVA, Luís César Guimarães. Necessidade e contingência na modernidade. São Paulo: Barcarolla, 2009. p. 283-296.
- VERNIÈRE, Paul. *Spinoza et la pensée française avant la Révolution*. Paris: PUF, 1982.